

**Políticas Públicas de Cultura, Esporte e Lazer:**  
*o Local expressa o Regional sob a versão da juventude de São Mateus do Sul-Paraná*

Cintia Brasil Cardoso  
Mestre em Desenvolvimento Regional – Docente Sesi Joinville-SC  
Maria Luiza Milani  
Doutora em Serviço Social – Docente Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional-  
Universidade do Contestado

## **INTRODUÇÃO**

O texto refere-se às políticas públicas de cultura, esporte e lazer e como a juventude de São Mateus do Sul-PR as entende para a satisfação de seus anseios e necessidade. Tomando por base os dados locais, o texto transfere os achados locais para refletir uma realidade regional, onde esse município está situado - 20 municípios, situados na divisa entre o estado de Santa Catarina e Paraná (Sul-Sudeste paranaense e Planalto Norte catarinense).

Sobre esta temática, o texto se propõe a refletir acerca das públicas de cultura, esporte e lazer como recursos institucionais públicos (ou não) que podem contribuir para a inclusão social em direitos sociais do segmento da juventude, a partir da versão da juventude sãomateuense. Os dados quali-qualitativos da pesquisa permitem enxergar a realidade local-regional ou realidades regionais e nela os paradoxos e contradições entre os referenciais de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento das dimensões humana e social.

O estudo desenvolvido acerca do tema juventude e políticas públicas de cultura, esporte e lazer, tomou por base os desafios para o desenvolvimento em escalas (local-regional). Além do estudo teórico, desenvolveu-se pesquisa de campo quando se aplicou questionário com questões abertas e fechadas para 859 jovens com idades entre 15 e 24 anos (amostragem selecionada de 7.245 jovens são-mateuenses nessa etária - IBGE, 2010). O acesso a esse segmento ocorreu de forma intencional quando se delimitou a realização da pesquisa nas escolas públicas e privadas do meio urbano de São Mateus do Sul-PR.

O texto é organizado em partes e a primeira aborda o desenvolvimento nas dimensões social e humano e nas escalas local e regional; em seguida, é exposta uma descrição sobre cultura, esporte e lazer concebidos como políticas públicas para correlacionar esses recursos legais e legítimos como fator para proporcionar o desenvolvimento local-regional. Um terceiro tópico deste texto evidencia certos elementos da região formada por 20 municípios, situados na divisa entre o estado de Santa Catarina e Paraná (Sul-Sudeste paranaense e Planalto Norte catarinense), sobre a qual os cenários e paradoxos do(s) desenvolvimento(s), ocorrem pela

aproximação das questões do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento humano e social.

Na quarta parte do estudo apresenta-se a visão da juventude sobre cultura, esporte e lazer, em torno de melhoria das condições sociais de vida cultural, de usufruto dos direitos. Dada a tendência de similaridade econômica, política, cultural, demográfica, essa amostra local subsidia a reflexão acerca dos processos de desenvolvimento ainda necessários na abrangência regional.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL: DIMENSÕES E ESCALAS**

O desenvolvimento é comumente entendido como um fenômeno econômico, quando não são considerados outros critérios e fatores preponderantes, tais como o social e humano. Por isso nos aspectos deste estudo, o desenvolvimento é relacionado à dinâmica da sociedade.

Para promover o desenvolvimento é necessário, sobretudo, o cumprimento de ações com finalidades de proporcionar à maioria da sociedade, a promoção de sua existência, a democratização dos conhecimentos produzidos e qualidade de vida equitativa. Desta forma será possível transformar a sociedade e atingir o desenvolvimento humano e social.

O desenvolvimento em qualquer concepção deve promover o crescimento econômico e a melhoria na qualidade de vida. Deve ser propulsor da redução das desigualdades, não apenas como um fim em si, por meio de processos capazes de propiciar o bem estar da população com usufruto garantido pelas próximas gerações.

Pensar em desenvolvimento(s) é pensar na participação da sociedade no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos resultados do processo de crescimento. (LIMA e OLIVEIRA, 2003).

Por outro lado, Buarque (1999, p.9), pondera que na medida em que se objetiva o bem comum e o crescimento econômico e social é possível atingi-lo a partir da participação e interação de todos os sujeitos de uma sociedade.

[...] o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. (BUARQUE, 1999, p.9)

No que tange ao desenvolvimento humano e social, que contribui com o desenvolvimento local e regional, recorre-se ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este é um órgão da ONU ao qual compete, entre outras

atribuições, indicadores que revelem o nível de desenvolvimento de uma sociedade, mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O desenvolvimento humano, segundo a ONU, é constituído por indicadores sociais, composto por três parâmetros: educação, expectativa de vida e poder de compra, em síntese a melhoria nestes indicadores promove o desenvolvimento humano e com isso a qualidade de vida da população. A educação é medida segundo a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de alunos matriculados no ensino primário, secundário e superior.

Por isso em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresenta o conceito de desenvolvimento, a partir de uma visão mais ampla, definindo-o como o processo que assegura a ampliação das opções e oportunidades para os indivíduos. O desenvolvimento humano, segundo essa concepção das Nações Unidas contempla:

- a) desenvolvimento das pessoas: por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos de escolha individual;
- b) desenvolvimento para pessoas: considerando eu a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por seus membros;
- c) desenvolvimento pelas pessoas: pela participação ativa dos indivíduos e das comunidades, na definição do processo de desenvolvimento do qual são ao mesmo tempo sujeitos e beneficiários.

Trata-se de vários valores agregados, com estratégias, processos e intencionalidades próprias, que envolvem as dimensões econômicas, social, político-institucional, cultural, tecnológica, ambiental e espiritual.

Nesse contexto, o desenvolvimento humano deve ser pautado em conceitos que propiciem os sujeitos evidenciarem suas potencialidades e capacidade. É ter o ser humano como centralidade, como sujeito do processo. Nesse processo se cria meios para a confiança entre os atores, para beneficiar as pessoas com a promoção de melhores condições de qualidade de vida, gerar exercícios de controle social pelos atores envolvidos e com isso desenvolver uma visão de futuro para a sociedade onde os sujeitos estão inseridos, como parte do desenvolvimento social.

Conforme Silva (2001), nos espaços da sociedade civil pode-se construir as vivências de comprometimento político dos sujeitos, resultando em uma vivência de cidadania que se refere à força dos movimentos sociais organizados e plurais que atuam na sociedade, comprometendo-se assim com o desenvolvimento social. Oliveira (2002, p.126) corrobora com esta afirmação ao ressaltar que:

[...] é esse componente participativo da cidadania que torna possível mesmo no capitalismo desregulado e em tempos de globalização. Essa participação pode se constituir em importante instrumento para compreender e enfrentar os desafios dos tempos atuais. Hoje um dos principais traços da cidadania esta intimamente ligada à capacidade de dar respostas aos desafios da globalização.

Os autores Righi, Pasche e Akerman (2006, p.11), dão outro significado a desenvolvimento social, dizendo que para:

Promover o desenvolvimento social é refutar a ideia de que somente o crescimento econômico possa gerar melhoria na qualidade de vida através da teoria do “gotejamento”, ou que “só com o crescimento do bolo” é que se pode levar benefícios aos mais pobres. Com isso entende-se o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infra-estrutura, capital comercial, capital financeiro, etc) e do capital social (valores partilhados, cultura, capacidade para agir sinergicamente e produzir rede e acordos voltados para o interior da sociedade.

Baseado nessas definições, o desenvolvimento humano e o social podem ser redefinidos a cada situação. Desta forma os indicadores sociais e econômicos seriam mais um meio de levar ao entendimento de certa realidade e o(s) seu(s) desenvolvimento(s), em que se incluem segmentos populares prioritários como juventude e suas necessidades como as de cultura, o esporte e o lazer.

Tomadas essas referências acerca do desenvolvimento, este é composto, portanto, por dimensões. Além das mencionadas as demais são: as econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas, ambientais. Em cada uma os nexos se fazem pelas demandas – necessidades e direitos. Portanto, o desenvolvimento acontece pela promoção do processo social pelo qual os distintos interesses e demandas dos sujeitos são atendidos pelos recursos socialmente constituídos, oportunizando bem estar e melhoria na qualidade de vida. O desenvolvimento deve ser propulsor da redução das desigualdades.

Segundo Boisier (1996), para que o desenvolvimento aconteça de forma equilibrada, é necessária a articulação de seis elementos fundamentais:

- a)os atores: que podem influenciar um projeto de desenvolvimento regional;
- b)as instituições: que estão diretamente associadas ao desempenho de políticas de desenvolvimento;
- c)a cultura: observando-se a cultura regional e sua incidência sobre o processo de desenvolvimento;
- d)os procedimentos;
- e)os recursos: materiais, humanos, psicossociais e conhecimento;

f) o entorno: representado pelo meio externo e configurado pela multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle, mas com os quais a região como um todo se articula.

Pensar desenvolvimento então nas escalas locais-regionais. é pensar na participação da sociedade no planejamento contínuo, no acesso e usufruto da ocupação do espaço e dos seus recursos.

Com aporte nessas definições, o desenvolvimento humano e o social podem ser redefinidos em cada situação, contemplando as reações decorrentes do processo de inclusão que dialeticamente eleva o bem estar das pessoas, grupos e populações.

## **CULTURA, ESPORTE E LAZER: POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL**

As políticas públicas brasileiras de cultura, esporte e lazer devem promover estruturas que garantam atividades nos três aspectos em nível nacional. São propósitos dessas políticas públicas, além de mobilizar os sujeitos em forma de consumo de bens locais e regionais, acesso e usufruto de direitos sociais. A articulação entre os bens culturais e o esporte como lazer e o lazer como direito, devem alterar, ampliar, valorizar, reconhecer e favorecer o desenvolvimento em várias dimensões.

No foco desta reflexão, o amálgama entre as políticas públicas de cultura, esporte e lazer, devem potencializar as dinâmicas sociais, atrair os segmentos populacionais inter e intra territórios, mas particularmente seduzir e absorver o segmento da juventude.

Analisadas uma a uma essas políticas, é possível evidenciar que cultura não foi e nem é prioridade dos governos brasileiros, quando, apesar da ampla concepção de legalidades e direções que fundamentam o Sistema Nacional de Cultura. A cultura como um bem socialmente necessário, relacionada entretenimento, manifestações folclóricas ou linguagens culturais deve ser ampliada. Ainda, mesmo que sob o recente reconhecimento constitucional de direito social, há que se promoverem intervenções na dimensão cultural. Este processo deve modificá-la sob o viés de universalidade.

Mesmo que a cultura venha passando por mudanças e aceleração na operacionalidade pelas políticas públicas, as resistências e as negligências da atribuição pública governamental comprometem os avanços em relação à oferta e disseminação entre os segmentos populacionais. Esta situação supõe que a cultura tenha sobre si entendimentos parciais, que tenha sido compreendida como atribuição de prerrogativa privada, que tenha sido associada

ao caráter mercadológico. Os programas culturais, ao exigirem investimentos, desviariam recursos de outros setores de direitos ainda parcialmente tratados pelo Estado brasileiro.

O Brasil, país da diversidade das manifestações culturais, tem longo caminho para favorecer o acesso dos sujeitos dos bens culturais, não apenas enquanto consumidores, mas também produtores de cultura.

Embora não se registre políticas públicas de cultura destinadas à juventude, existem ações e programas com os quais a juventude pode se identificar. O interesse e a participação da juventude nos três âmbitos: cultural, esportivo e no lazer, dinamizaria os processos da vida social, por conseguinte do desenvolvimento.

Ainda, tendo-se por base as análises até aqui proferidas nos meandros das políticas públicas de cultura, esporte e de lazer, vê-se a juventude potencialmente indutora de transformações sociais, se subsidiada.

Isto posto, toma-se por base que a cultura é

O símbolo das criações humanas quer mostra, ideias e ideais, sendo das sob a forma tangível, quer expressas em usos, costumes, portanto, a soma do conhecimento humano; também é um sistema de atitudes, de juízo de valores, de modos de pensar, sentir e agir. Sob o aspecto heterogêneo, a cultura é, ao mesmo tempo, material e espiritual. Em outras palavras, é o modo de vida de uma sociedade (ALVES; PEROTTI, 2009, p. 3).

No contexto social brasileiro, há amplo catálogo de linguagens artísticas (teatro, música, dança, cinema, comunicação de massa, artes plásticas, fotografia, escultura, artesanato, livros) bem como, rico patrimônio cultural (material e imaterial), circo, museus, rede mundial de computadores em destaque as redes sociais.

Se priorizados, cultura, esporte e lazer, por meio do seu amálgama, se processaria uma dinâmica capaz de promover reconfiguração da identidade social-cultural, que no âmago dos conflitos e contradições na sociedade contemporânea, parecem efêmeros.

A identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a preservar e divulgar os seus bens culturais dá-se início ao processo denominado pelo autor como a construção do *ethos* cultural e de sua cidadania (Le Goff, 1997, apud PELEGRINI, 2006, p. 2).

Dito de outra forma, nessa perspectiva é necessário pensar não só em regionalidades, mas também nos diferentes públicos e segmentos culturais que as compõe. Para atender então esta demanda no componente legitimidade a sociedade, deve reconhecer suas linguagens e patrimônios pelos suportes infraestruturais previstos pelo aporte nas políticas públicas.

Deste modo, a cultura e o esporte podem gerar a base constitutiva do turismo, que pode se transformar em lazer. Porém, nem sempre, em termos de políticas públicas a capacitação profissional, criação, produção, circulação e financiamento da cultura processa esse nexo. Para ilustrar o fundamento da reflexão, citam-se processos no território nacional, que mobilizaram além dos atores principais, a população em geral. Em dois exemplos convergem os três aspectos das políticas públicas definidos no estudo. As atividades culturais exemplificadas são: festival de teatro em Curitiba-PR e o festival de dança em Joinville-SC.

Quando se ressalta características locais e regionais não é perceptível o cenário desses recursos. Em ações pontuais e dispersas podem ser encontrados programas e projetos em andamento, mas desconectados dos demais recursos institucionais que ampliariam e fortaleceriam a cultura como desencadeadora de bem estar. Ou seja, a cultura, nesse viés é mais um ponto da rede despregado na intersectorialidade intra e inter políticas públicas.

No âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, a evidência da sua operacionalidade é localizada nos meandros de outros recursos promotores do acesso a direitos humano-sociais, tais como a educação e a assistência social para o esporte. Já o lazer permanece sob o imaginário de recurso privado e do interesse individual, logo este mote desobriga a organização institucional do lazer como direito, mesmo constitucionalmente declarado como tal.

Um esforço institucional dessa aproximação pode surgir das intervenções da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (vinculada ao Ministério do Esporte), com atribuições de oferecer e atender as demandas da população em geral no que tange em especial o esporte e o lazer.

É importante salientar que o esporte e o lazer são ferramentas capazes de promover a inclusão social. Por outro lado, permanece uma lacuna que evidencia ainda a obscuridade do lazer. Mas ações que o materializem podem ser relacionadas aos potenciais turísticos locais ou regionais.

Para aproximar a dicotomia entre esporte e lazer, é preciso enfrentar a complexa discussão em torno das duas categorias. Além de conceituar, localizar historicamente a emergência de esporte e lazer, faz parte das transformações do século 20, a valorização das práticas esportivas como competição, educação e por fim como lazer.

No dizer de Zangoni (1998), as ações das políticas públicas de esporte e lazer, passam pelo entendimento de políticas de atividades. Porém, essas políticas públicas devem ultrapassar essa visão reducionista que as restringem ao esporte ou ao lazer. Estes devem ser

considerados fenômenos culturais, cujas atividades e ações devem promover a construção de uma sociedade justa e democrática.

No Estado do Paraná os programas de esporte e lazer direcionados às crianças e jovens, não atingem somente o segmento juventude. Para citar entre os mais relevantes no âmbito da execução de esporte e lazer menciona-se o Programa Verão Paraná. Aproveita-se a oportunidade das férias e a mobilidade populacional no verão para áreas litorâneas do Estado para oportunizar esporte e lazer, o que favorece as atividades turísticas

Em São Mateus do Sul, a relação cultura, esporte e lazer, que envolvam o segmento da juventude se resumem ao Grupo Folclórico Polonês Karolinka-Petrobras (dança) e ao Centro da Juventude Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer (espaço poliesportivo que poderia oportunizar modalidades esportivas de participação e/ou de competição).

Mesmo com características culturais e expressivo patrimônio cultural (LEDUR, 2012), em São Mateus do Sul-PR, os atrativos turísticos que favoreceriam a inserção, acesso e usufruto desse patrimônio, pela população local-regional, em forma de sistema turístico ou como estratégia de lazer não estão organizados para tal finalidade.

Isso posto, com o objetivo de evidenciar entendimentos da juventude e oferecer subsídio para as intervenções sociais, tanto públicas como privadas, se oferece a visão e a versão do principal segmento beneficiário das políticas públicas de cultura, esporte e lazer.

## **LOCAL E REGIONAL: CENÁRIOS E PARADOXOS DO(S) DESENVOLVIMENTO(S)**

A região na qual se situa o município de São Mateus do Sul-Paraná é similar a uma abrangência espacial em cerca de 20 municípios, por isso este recorte formado por aqueles que se situam na divisa entre o estado de Santa Catarina e Paraná (Sul-Sudeste paranaense e Planalto Norte catarinense), compõe o regional deste texto.

Segundo dados da Pesquisa da Produção de Extração (IBGE, 2010), a partir dos anos 2010 o estado do Paraná é o maior produtor de erva mate do Brasil, responsável por 70% da produção nacional. Ainda, o município de São Mateus do Sul tem o título de Capital Paranaense da Erva Mate, pois é responsável com 14% da produção nacional. Mas a região do Planalto Norte catarinense (13 municípios catarinenses) contribui para que a erva mate dê continuidade a um histórico processo produtivo extrativista que deu notoriedade à essa produção na região.

Toda essa região (do Paraná e de Santa Catarina) esteve envolvida no conflito do Contestado ocorrido entre os anos de 1911-1917, que se configurou pelas múltiplas disputas: pelas dívidas entre os dois estados; pelo movimento messiânico; pelo conflito de classes entre trabalhadores, empresários e militares, que disputaram terras, madeira, erva mate e foi uma luta de classes.

A identidade local-regional se assemelha por outros aspectos. Na sua atual fisionomia identitária regional, a economia local-regional é assentada na agricultura (principalmente nas culturas de batata, soja, milho, feijão e erva mate); na pecuária (suínos, bovinos e ovinos); mas também destaca-se marcadamente pela presença de empresas-indústrias.

Em São Mateus do Sul há três indústrias: a Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto da Petrobras (SIX); a Indústria de Cerâmica INCEPA; e a Micro Xisto (fertilizantes, xisto agrícola), que são as principais fontes de arrecadação do município. Em Três Barras-Santa Catarina (cerca de 30 km de São Mateus do Sul), está situada uma das maiores empresas multinacionais do setor papelero da América Latina (a MWW-Rigesa). A região mantém indústrias ervateiras de diferentes portes, as quais se ocupam desde a produção da erva mate para o consumo local-regional como também fornece o produto para exportação.

Há outros dois setores da indústria (papeleiras e ervateiras) que consomem grande parte das árvores das matas naturais e não naturais compostas pelos ervais, pinus e eucalipto. A indústria madeireira e moveleira é reconhecidamente expressiva pelos produtos acabados (móveis e esquadrias) que fornecerem mercadorias ao mercado nacional e internacional.

A primeira vista, o cenário produtivo-econômico apresenta características que denotam riqueza e bem estar na sociedade. Além desse cenário, essa região é rica ambientalmente. É cortada pelo Rio Iguaçu e Rio Negro. A região apresenta resquícios de mata atlântica, tem solo fértil, que é utilizado amplamente para a fumicultura. Este é um dos paradoxos regionais.

Outro paradoxo evidencia-se quando se se refere à vulnerabilidade sócio ambiental nos principais municípios da região, devido aos rios grandes e pequenos que ameaçam as populações que habitam suas margens e as cidades – meio urbano – que foram construídas às margens de grandes rios como em: São Mateus do Sul, União da Vitória e Rio Negro no Paraná e Porto União, Três Barras, Canoinhas, Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul-SC. Por que preocupa essa localização? Devido a expansão urbana não ter freado a ocupação regular ou irregular de espaços que colocam em risco constante as populações. Com chuvas de três dias seguidos, já ocorrem alagamentos, obrigando famílias a deixarem suas residências. É um ir e vir constante.

Somadas às vulnerabilidades ambientais, a situação da pobreza multidimensional, comprovadamente existente, permite interpretar a região que o processo de desenvolvimento urbano e econômico, não isentam as populações de riscos e da vulnerabilidade socioeconômica, logo do bem estar. Os municípios têm suas populações entre 4 a 50 mil habitantes, mas a média é de 15 mil. Com exceções de municípios tais como Major Vieira, Itaiópolis, Bela Vista do Toldo-SC, Paula Freitas, Bituruna, General Carneiro-PR, a ocupação urbana segue a tendência nacional, ou seja, de alta concentração demográfica no meio urbano.

Nos municípios em que a presença urbana é mais expressiva, há bairros periféricos que compõe a faixa urbana, nos quais reside a população com maior grau de pobreza, vulnerabilidade e risco social. Nestes locais existem problemas de saneamento básico, principalmente devido à ocupação desordenada, problemas de pavimentação, entre outros principalmente decorrentes de organização social originária.

Nessa região ora apresentada, há presença de imigrantes ucranianos e poloneses que se sobrepõe a outros, como é o perfil racial-cultural de São Mateus do Sul-PR e Itaiópolis-SC. É uma região que contempla hibridação cultural relevante e tem marcas culturais expressivas. Além desses imigrantes, há os alemães, italianos e sírios-libaneses, configurando recortes urbanos paisagisticamente delineados sob a influência desses imigrantes.

Por esse cenário, confirma-se que riqueza ambiental e produtiva não se apresentam como os maiores desafios ao desenvolvimento. No plano local, há aqueles municípios de emancipação mais recente (últimos de 1994) que se encontram no embate para se consolidarem como ente jurídico municipal autônomo. Porém, enfrentam os desafios entre necessidades, interesses, direitos e demandas das populações, como é o caso do segmento juventude.

Outro aspecto do desenvolvimento da região refere-se à educação – escolarização e formação profissional. Nessa região estão localizadas cinco instituições de ensino superior, públicas e privadas, isto é, educação ocorre para além do ensino fundamental, médio e profissionalizante. Mesmo assim evidencia-se um dilema: seguindo a tradição dos habitantes do passado, os jovens do século 20 se deslocam da região para estudarem em Curitiba ou Ponta Grossa. Porém, esses jovens não retornam mais aos municípios, logo, a população jovem (de 15 anos a mais até os 29 anos) se reduz cada vez mais.

Além dessa evasão da juventude, há um movimento migratório – não pendular – dos municípios de pequeno porte para os de maior porte. O primeiro movimento ocorre em sentido aos municípios sedes das faculdades e universidades. Destes municípios a migração

ocorre para outras regiões e grande porte (Joinville, Jaraguá do Sul e Florianópolis-SC e Curitiba-PR).

O que se coloca em cena nesta breve evidência é a presença paradoxal riqueza econômica-pobreza material, intelectual e social, quando se converte esse cenário em índices. Para exemplificar, tomam-se os dados relativos ao Planalto Norte catarinense no qual são 347.039 habitantes. Deste total 16.381 mil famílias (ou cerca de 65.524 mil pessoas: 4 membros por família ), (Referência setembro de 2015, MDS) são beneficiários de apenas de dois dos principais programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada).

O que dizer então sobre o desenvolvimento das dimensões humanas e sociais? O cenário que evidencia essa questão é confirmado desenvolvimento humano em Três Barras-SC como um exemplo da presença do paradoxo riqueza econômica-pobreza multidimensional. O IDH-M de Três Barras é 0,706. O município se situa no 1720 lugar no Brasil e 94 no estado catarinense (são 295 municípios) (PNUD, 2013). Também, o município de São Mateus do Sul, tem um IDH-M de 0,719, é o 1331 do Brasil e o 133 colocado no estado do Paraná (399 municípios).

Qual a relevância desses dados? Ambos municípios contém em seu território o maior parque industrial (três empresas em São Mateus do Sul e duas empresas em Três Barras). Se se analisar que na lógica produtiva a economia é o fator de desenvolvimento preponderante, porque ocorrem os fenômenos da migração da juventude? Qual a justificativa da pobreza em cada local? São questões que podem ser discutidas à luz das transformações societárias, em especial após a Constituição Federal do Brasil de 1988, quando a sociedade dos direitos tem respaldo legítimo sobre a desigualdade pela inclusão socioeconômica e cultural. Há inclusão sim, o fato de a educação abranger o segmento juventude, outros recursos legais (Estatuto da Juventude, LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013, passa a vigorar), os coloca na agenda política do Estado e da sociedade civil como escopo das intervenções, ou seja, o montante das políticas públicas de cultura, esporte e lazer, trata o segmento como prioridade, mas na efetividade, a sociedade e o segmento deixam de usufruir desses recursos legais dessas políticas.

## **VISÃO DA JUVENTUDE SOBRE CULTURA, ESPORTE E LAZER: O LOCAL EXPRESSA O REGIONAL**

Para expressar como a juventude entende esse conjunto de políticas públicas e as perspectivas que essas representam para ela, em termos de satisfação de seus interesses e necessidades, foram entrevistados jovens conforme exposto no item inicial.

Para a juventude são-mateuense, lazer é entendido e confundido com ócio. Os jovens (681 entrevistados) não demonstraram entender lazer sob outras perspectivas, tais como lazer como direito inerente à qualidade de vida e saudável ao seu desenvolvimento. De forma enfática e/ou equivocada a juventude, representada por esses entrevistados não se dedica a pensar e a demandar lazer de nenhuma forma: nem como um direito nem como ócio e nem com outra base explicativa. Pelo exposto, a juventude se satisfaz com o quanto consegue produzir por si mesmo, reproduzindo visões individualistas e simples como as respostas que indicaram praticarem lazer pelo fato de “ficar em casa” no contraturno da escola ou mesmo do trabalho. Surpreende as manifestações da juventude, principal segmento que demandaria por lazer, quando não consegue relacionar o lazer inerente à sua condição de sujeito em desenvolvimento.

O lazer pode ser contextualizado segundo o meio em que os sujeitos estão inseridos, portanto, se há incapacidade de pensar o lazer na sua amplitude, pode-se relacionar as definições que o entendimento da juventude manifesta, pertencerem ao imaginário das vivências restritas dos recursos locais ou regionais – cultura e lazer.

Um adendo se pode fazer quando se analisam cenários, nos quais as comunidades locais ou regionais não oferecem atividades, em especial no foco deste estudo, os atrativos turísticos. Mesmo com a abundância de elementos naturais ou não, que favoreceriam vivências da juventude no local e região, esta resume seu lazer aos “passeios na avenida de São Mateus do Sul”, como opção de lazer na comunidade local, reforça o seu entendimento restrito relacionado a ausência de recursos e serviços neste quesito, fato que pode indicar a busca por uma opção, já que eles não têm opções viáveis de lazer, decorrente da não operacionalidade das políticas públicas (em particular aquelas relacionadas à cultura, esporte e lazer, foco deste estudo).

Em outro viés, a juventude de São Mateus do Sul, ao apontar a necessidade de estruturas para práticas esportivas, legitima a distância entre esporte e lazer. O esporte deveria aproximar-se das atividades, visto para além do seu contributo para com a saúde, bem estar e atividades profissionais, promover o prazer e a socialização.

Ao mencionarem torneios esportivos como uma forma de lazer, os jovens manifestam sua falta de clareza quanto a definições e potencialidades de lazer, ou seja, não é realizada relação entre os torneios esportivos, como atividades com fins competitivos com lazer. É possível que as atividades praticadas pela juventude em seu tempo livre sejam classificadas como ócio completo e com esporte como uma ocupação. Corroborar para essa perspectiva de

entendimento, o que diz Mascarenhas (2000, p.02), sobre o ócio, qual representa prioritariamente a ideia de uma liberdade intrínseca, como tudo que se opõe ao trabalho.

Em outra relação necessária, a cultura como lazer, a juventude sãomateuense não disponibiliza de acesso a bens culturais como o previsto pelas políticas públicas de cultura, a não ser as festividades comunitárias locais e regionais que envolvem as expressões étnico-raciais.

Desse modo, o segmento jovem não conseguiu manifestar a sua demanda por programas e projetos culturais que os beneficiasse para seu bem estar e qualidade de vida. A juventude que foi pesquisada também não conseguiu indicar atividades culturais da região que os interessasse, demonstram não ter outras perspectivas nem local e nem inter local-regional, o que os impediu de identificar ou sugerir ações, programas ou políticas públicas que atendessem suas demandas no quesito cultura e lazer. As indicações focaram as atividades esportivas.

Resume-se que as manifestações situam o estágio das vivências da juventude, relacionadas aos meios educacionais ou comunitários em que têm sido o esporte a ser oportunizado pelas infraestruturas de parques esportivos ou praças de esporte.

Com base nas orientações do conjunto das políticas públicas de cultura, esporte e lazer, mesmo com a evidente restrição da sua operacionalidade, é oportuno relacionar nexos sobre elas, quando se considere suas potencialidades para avançar nas dimensões do desenvolvimento.

Para a juventude o despertar para a sua condição e realidade deve ser relacionado com a satisfação de suas necessidades, interesses e anseios, vinculados tanto ao âmbito das necessidades humanas pessoais como as sociais, entre elas a cultura, o esporte e o lazer.

Nos recortes territoriais as atividades turísticas devem ser recursos relevantes para o desenvolvimento, que era relacionado equivocadamente somente ao crescimento econômico, passou a abranger dimensões pelas quais o processo social seja capaz de incluir segmentos populacionais em realidades locais e regionais na dinâmica mais ampla.

Por fim, se tomada a realidade social de São Mateus do Sul, o desenvolvimento é restringido diante das ausências culturais que enalteceriam uma histórica base patrimonial, o esporte é restritivo aos interesses educacionais ou privados e a inexistência de lazer não atendem à sociedade, mas em especial o segmento da juventude.

Com relação às políticas públicas de cultura, esporte e lazer, endereçadas ao segmento da juventude, as explicações que demonstrassem como estas são formuladas e executadas, recorreu-se a literatura. Faz-se necessário verificar quais são as estratégias em determinadas

conjunturas, para aplicar os procedimentos mais indicados. Por fim, identificadas, em nível Federal e Estadual, políticas públicas, programas e ações, principalmente de cultura, destinadas ao segmento da juventude.

Ao analisar as políticas públicas de cultura, esporte e lazer e os recursos institucionais públicos e privados que contribuem para a formação e o desenvolvimento sociocultural do segmento jovem, pode oportunizá-los a fazer escolhas capazes de alavancar seu desenvolvimento sociocultural.

Em nível nacional, existem políticas públicas que envolvem a juventude de cultura, esporte e lazer e ações nelas previstas, direcionadas ao segmento da juventude. Existem políticas públicas multissetoriais, ou seja, que envolvem mais de um Ministério na sua execução, as quais se destinam ao segmento da juventude em diferentes perspectivas.

A Secretaria Nacional da Juventude articula vários Ministérios (Esporte, Lazer e Acessibilidade, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, entre outros) para atender as demandas, tendo em vista que a juventude tem várias peculiaridades, além das diferenças culturais da extensa territorialidade brasileira.

A juventude demonstra não ter clareza em conceitos lazer e cultura, confundindo com ócio e folclore. Desta forma, seus anseios e desejos também não são claros, por não perceber a importância que cultura, esporte e lazer fazem na qualidade de vida dos indivíduos.

A promoção de ações, programas e projetos que estimulem a participação da juventude deve gerar o sinergismo necessário, capaz de alavancar mudanças estruturais a fim de melhorar a qualidade de vida da sociedade e promover distintos âmbitos do desenvolvimento.

## **CONCLUSÃO**

Entre os resultados da pesquisa de campo e diante da finalidade do estudo, as políticas públicas de cultura, esporte e lazer e os recursos institucionais públicos e mesmo privados que contribuem para o desenvolvimento humano e social, a partir da amostra em São Mateus do Sul-PR, não favorecem o segmento da juventude na satisfação das suas demandas e necessidade.

A cultura local-regional densa e a mobilização até então promovida para as intervenções pelas políticas públicas, não sensibilizou os atores sociais para reconhecê-la nas suas potencialidades e implementar aquelas que pudessem reavivar uma dinâmica social que pudesse promover o(s) desenvolvimento(s) em especial nas dimensões humano e sociais. Não

há demonstrações de compreensões e atitudes que indiquem a promoção de mudanças significativas nesse panorama cotidiano.

Não há clareza sobre entendimentos básicos nem noção de seus direitos, emitidos pelo segmento juventude são-mateuense, uma vez que esse recorde local representa a fisionomia regional, tanto no que tange ao segmento como o que é identificado no cenário regional, ou seja, as políticas públicas de cultura, esporte e lazer não são reconhecidas como prioridades públicas e mesmo provadas no âmbito das necessidades humanas e mesmo dos direitos salvaguardados constitucionalmente.

Por parte da juventude, nem mesmo ocorreu manifestação de quem responderia às suas reivindicações. A percepção da realidade na qual essa juventude está inserida, a ocupação do tempo, a clareza quanto à escolha da profissão são diferenças notórias dos demais segmentos populacionais.

De igual modo que outras políticas públicas a exemplo da saúde e da educação, essas políticas públicas deveriam estar na linha das intervenções se deveriam promover estratégias que criativamente complementarizassem os interesses humanos e sociais.

A descentralização dos meios e o apoio à produção local-regional e nacional das programações culturais, para situar um aspecto, deveriam combinar com a ampliação do seu acesso pela juventude, convergindo com as determinações, por exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As ações devem garantir o bem estar das populações e para atender esta demanda e legitimá-la, faz-se necessário considerar as dimensões transversais e as estratégias pensadas em termos de políticas públicas.

Fica um desafio à sociedade: revisar suas prioridades, a economia não garante todas as necessidades. A cultura, o esporte e o lazer são valores humanos, políticos, econômicos, ambientais.

Ainda, se faz necessário revisar a posição e a juventude e que ela se coloque na posição de sujeito capaz de se envolver para promover o desenvolvimento nas suas dimensões e nas escalas: local-regional, territorial, nacional e porque não mundial.

A região escopo desta reflexão é exuberante e desenvolvida economicamente. Sobra o desafio de reverter para a outra face do paradoxo: o humano e o social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Amaro Bastos Alves; PEROTTI, Sandro Marcelo Perotti. **Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional: Um Olhar para os Municípios da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas/SC.** Available at: [http://works.bepress.com/jorgeab\\_alves/9](http://works.bepress.com/jorgeab_alves/9) August 2009

Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>

BOSIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**. Brasília, Ipea. Revista Planejamento e políticas Públicas, n 13, 1996.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao).

---

Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Guia das políticas públicas de juventude / Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : SNJ, 2010.

BRASIL. O ESTATUTO DA JUVENTUDE. Disponível em [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.852-2013?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.852-2013?OpenDocument), acessado em novembro de 2015.

LEDUR, Flávia Albertina Pacheco. **A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural em São Mateus do Sul-PR**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado. Canoinhas, 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 - 2006

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais: concepções e métodos**. Campinas, SP : [s. n.], 2000.

ZINGONI, Patricia. **Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão**. Motrivivência. Ano X, n2 11, Julho/1998.